

Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

**A classe operária na produção acadêmica brasileira**

Igor Guedes Ramos\*

**Resumo:** Este artigo apresenta os resultados preliminares de um estudo historiográfico de textos produzidos por acadêmicos brasileiros, entre as décadas de 1960 e 1980, que pensaram a classe operária brasileira. A intenção deste estudo é perceber a forma como se organizam as representações em diferentes correntes de análise da classe operária, discutir como o momento e as condições históricas interferem nas concepções de história e nas representações a propósito de um determinado objeto de análise; compreendendo, assim, a constituição de campos analíticos em diferentes períodos acadêmicos como conseqüentes de um quadro sócio-cultural nacional.

**Palavras-chave:** Historiografia - Classe operária e Representações.

**Summary:** This article shows the preliminary results of a historiography study of texts produced by Brazilian academics from 1960 to 1980, which approached the Brazilian working class. The objective of this study is notice the form as the representations are organized in different currents of analysis of the working class, it discusses as the moment and the historical conditions interfere in the history conceptions and in the representations on a certain analysis object; understanding, in this manner, the constitution of analytical fields in different academic periods as consequence of a national sociological and cultural scenes.

**Key-words:** Historiography - working class and Representations.

Ao estudar a bibliografia da classe operária brasileira, talvez, a primeira impressão que se tenha, é da existência de um número bastante grande de abordagens dadas ao assunto. Levando-se em consideração que o processo de industrialização do Brasil iniciou-se no final do século XIX e, conseqüentemente, o surgimento da classe operária, isto nos oferece um pouco mais de um século de possíveis estudos a respeito do assunto. Porém, esse período de possíveis estudos não explica a diversidade de análises e formas de como a classe operária manifesta-se nos trabalhos acadêmicos.

Por outro lado, se levarmos em consideração os significados atribuídos à classe operária no decorrer do século XX, percebe-se que a classe carregou um fardo bastante grande; como, por exemplo, ser responsável direta pela possível revolução que levaria ao fim da sociedade de classes, portanto, do capitalismo e da História, dentro da concepção marxista-

---

\* Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Londrina-PR.

leninista. É fácil, então, presumir que o debate a respeito do assunto é bastante carregado de caráter político e suscetível aos desdobramentos sócio-culturais.

O caráter político emana, em parte, da relação existente entre os campos culturais (político e erudito, neste caso) na medida em há uma necessidade de politizar os conceitos teóricos e ou de teorizar a política, ou seja, colocar a “prova” as categorias de análise e buscar a constituição de uma sociedade condizente com os conceitos teóricos. Do outro lado, o Estado brasileiro, no decorrer do século XX, independente de sua orientação política (liberal ou conservador; democrática ou ditatorial) não tenta romper sua relação com os intelectuais. Pelo contrário, busca absorver o discurso intelectual a seu favor, mesmo que esse discurso seja contrário a sua existência:

*Nem o Estado Novo de Getúlio Vargas, nem mesmo o Estado autoritário dos militares deixaram de tentar cooptá-los [intelectuais] ou, em todo caso de levá-los em conta. E mais ainda: em todas as épocas, ou quase, os governantes parecem querer se apropriar das representações do fenômeno político propostas pelos intelectuais, e estes, com frequência, estiveram prontos a inspirar-se nas representações professadas pelo Estado. (PECAULT, 1990: 10)*

A sociedade, a partir de suas práticas sociais e culturais, pode demonstrar a pertinência das teorias elaboradas pelos intelectuais e até mesmo propor outras reflexões, como já observou Cornelius Castoriadis; “quando se considera o processo do desenvolvimento do conhecimento tal como ele se desenvolve com história, mais freqüentemente foi o desdobramento do material que levou a uma revisão ou uma ruptura das categorias” (CASTORIADIS, 1986: 23). Assim, tanto a relação dos intelectuais com a política do Estado, como as práticas sociais incidem diretamente na formação de representações de classe operária e de concepção de História.

Os primeiros estudos sobre a classe operária no Brasil foram produzidos por não-acadêmicos, ou seja, advogados, sindicalistas, políticos de esquerda, militantes em geral vinculados ao próprio movimento operário brasileiro. Estes estudos são de caráter cronológico e contam os feitos da classe operária brasileira; suas greves, congressos, publicações, em especial de sua parcela organizada, tendo como função principal legitimar a classe, o sindicato e/ou o partido.

No período anterior a 1960, que abarca parte dessa produção militante, a classe operária possui uma imagem de trabalhadores dominados e apáticos no pensamento nacionalista; e como uma organização “embrionária” na vertente comunista.

Na década de 1950, surge um modelo de análise da sociedade brasileira que aborda a dinâmica da transição da sociedade rural para a urbana, ou seja, o seu processo de modernização.

*A preocupação com a modernidade cedo se transformou, para parte dos pensadores, em uma preocupação com as forças sociais emergentes na rápida industrialização brasileira, isto é, com os grupos e classes que pudessem transformar as bases sociais e políticas do país. A presença operária propunha-se como uma destas forças, sendo, a um só tempo, decisiva e subalterna. (PAOLI, 1983: 134)*

Dessas reflexões emergem, no início da década de 1960, autores que vão pensar o lugar da classe operária no desenvolvimento da sociedade brasileira. Surgem estudos que comportam preocupações teóricas sistematizadas, sociólogos elaboram grandes sínteses explicativas do movimento operário brasileiro, baseadas na tradição marxista-leninista, preocupando-se com os desajustes dos trabalhadores à sociedade industrial, ausência de consciência de classe, o controle do Estado sobre o sindicalismo e a hegemonia do anarquismo no movimento operário da Primeira República.

Entre autores dessa corrente encontramos Juarez Brandão Lopes (1964), que pode ser considerado pioneiro nas análises sociológicas do movimento operário; com análises empíricas das fábricas, traçando as grandes características da classe operária pós-1930, pensando a origem rural do operariado, seus padrões de ação coletiva e sua instabilidade na profissão.

Outro exemplo é Leôncio Martins Rodrigues (1966), que constitui o modelo de análise mais acabado da síntese sociológica, dividindo o movimento operário em pré e pós 1930; mantém as linhas de pensamento de Lopes, porém acrescenta estudos do pré-1930; aborda a alienação do trabalhador brasileiro a sua própria realidade, sua origem estrangeira e a inexistência de qualquer projeto político coletivo.

Ainda, como representante dessa corrente, encontramos Azis Simão (1966), diferencia-se por ser “o único dos trabalhos acadêmicos desse período em que a análise histórica está fundada numa pesquisa empírica de fôlego, ainda que restrita a São Paulo”

(BATALHA, 2003), amplamente baseada na pesquisa de jornais e publicações do movimento operário. O autor entende a classe operária pré-1930, como capaz de constituir princípios organizativos a partir de suas condições materiais, porém é impotente no plano político-sindical; fato que se agrava profundamente no pós-1930, com a tutela do Estado.

Em linhas gerais, a classe operária brasileira, aparece no pensamento desses autores, da seguinte forma:

*[...] são trabalhadores heterogêneos que passam por um processo de mudança de vida abrupto, tomam consciência de si como indivíduos em mobilidade e tiveram a má sorte de se formarem como classe no interior de uma estrutura sindical tutelada pelo Estado. (PAOLI, 1983: 141)*

O golpe militar de 1964 marca o início de grandes mudanças no pensamento intelectual. O Estado, autoritário e repressor, reordena a sociedade e encerra com as vias institucionais de exercício político, sobrepujando as ações das classes populares e trazendo de volta o tema da “eterna exclusão” que foi submetida à classe operária. Ocorre o fim do otimismo desenvolvimentista e o colapso do projeto nacional-democrático, o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro expõe sua total inépcia em se tornar independente e em modernizar e democratizar a sociedade. A esquerda militante pré-golpe, que se imaginava preparada ideologicamente, é posta sob crítica cerrada e o tema “Reforma” ou “Revolução” polariza o debate intelectual a respeito da ação da vanguarda socialista; o PCB (Partido Comunista Brasileiro), antigo “monólito” da esquerda começa um processo de fragmentação que desemboca na criação do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), entre outros. O mundo intelectual é desvirtuado:

*Já não há evolucionismo no qual o intelectual possa se basear para construir, por conta da sociedade, a representação da unidade nacional. [...] Assistimos à redefinição progressiva do campo intelectual, com o advento dos cientistas sociais e do marxismo universitário. É evidente que há nisso a marca de uma retirada, como também dificuldades para teorizar a ação política. Os adeptos da luta armada têm suas razões; só que já não são os intelectuais consagrados que as fornecem [...] O Estado autoritário não lhes fornece mais um ponto de fixação, mas também não pode impedir que eles se considerem porta-vozes da sociedade diante do Estado. (PÉCAUT, 1990: 254-255)*

No início da década de 1970, Francisco Weffort; nos textos “*Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968.*”; publicado no caderno Cebrap, 1971 e “*Sindicatos e Política*” sua tese de livre-docência defendida em 1975 na USP; motivado por

essa outra realidade, aborda outras temáticas e qualifica politicamente a classe operária, como capaz de questionar a subordinação que o Estado lhe impõe, a partir de seus movimentos sindicais.

Essa década é marcada, também, pela introdução da história acadêmica no campo dos estudos operários, os historiadores brasileiros foram influenciados pelos “brasilianistas” (acadêmicos norte-americanos especializados em Brasil), como Michael Hall, Sheldon Leslie Maram e John W. F. Dulles; tendo contribuído principalmente para a utilização e organização rigorosa de um vasto número de fontes, como a documentação reunida por Edgard Leuenroth. Deste modo, “inaugura entre os estudiosos brasileiros da classe operária, procedimentos de pesquisa que são de praxe no ofício de historiador, mas que até então eram pouco seguidos” (BATALHA, 2003: 151).

Assim, surgem estudos como de Maria Cecília Baete Neves (1973) e de Boris Fausto (1976), que mantém elementos da produção sociológica anterior, busca qualificar ação e a organização operária, mas tem tendência a julgar negativamente o movimento operário do início do século XX, como desprovido de luta política.

Publicado em 1982, o estudo de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, carrega as características dessa corrente, pois é um trabalho embasado em uma ampla pesquisa em periódicos da imprensa operária e social, produzindo uma grande síntese da história operária entre 1890 e 1920, também, caracteriza negativamente o movimento operário por este pleitear reivindicações econômicas e não políticas.

Os autores desse período tendem a qualificar as orientações sindicais e partidárias como essenciais para o entendimento do movimento operário, pois são elas que definem o nível de consciência da classe, como sendo ou não capaz de desempenhar uma luta política que leve a revolução proletária.

O final da década de 1970, no Brasil, foi o auge de todo um processo de reorientação do saber sobre o marxismo e sobre a classe operária, fatores internos e externos contribuíram para isso, como fatores internos temos:

Em primeiro lugar, a greve dos metalúrgicos do ABC paulista traz de volta à cena as manifestações operárias. Vistos anteriormente como personagens subordinados ao Estado e apagados após 1964, os trabalhadores iniciam outras táticas de luta:

*[...] ‘a própria racionalidade que o capital imprimiu ao processo de produção foi a arma utilizada pelos trabalhadores’. O capital não contava que suas práticas organizativas (de expropriação) pudessem ‘propiciar um saber’ para o desencadeamento da luta e para o questionamento da organização mesma do processo de trabalho. É este elemento novo da resistência operária que as greves de maio de 78 explicitam. (MARONI, 1982: 50)*

A greve do ABC apresenta uma espontaneidade e uma criatividade que parte diretamente do operário no seu cotidiano. Esses operários criaram formas de ação externas ao sindicato, que não podem ser apropriadas ou substituídas por este e diferem de outros períodos, pois politizam e reorganizam todos os espaços que o capital se instala, particularmente a fábrica.

Em segundo lugar, no decorrer da década de 1970 o debate acadêmico cresce muito de volume e produção. Pois ocorre a diminuição da repressão política, gerando o crescimento dos movimentos de contestação aberta à ditadura; apoio das instituições científicas, como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) alargando o campo de debate acadêmico; o aumento de programas de pós-graduação em todo o país, com o conseqüente aumento de dissertações sobre a classe operária; “muitos dos participantes da aventura armada reintegram-se às instituições e aos debates [; e, ainda, com] a promulgação da anistia, voltam os exilados e se reintegram sem grandes dificuldades” (PÉCAUT, 1990: 292).

Como fatores externos, temos toda uma variedade de movimentos sociais e mudanças nas categorias de análise que influenciam os acadêmicos brasileiros, como: Os abalos sofridos pelo conjunto “soviético”, como a destalinização na URSS e em outros Estados da Europa Oriental, a ruptura de relações entre China e URSS, que acabou por provocar uma grande desilusão entre os pensadores marxistas e uma devida rejeição pelos regimes comunistas. O grande radicalismo dos movimentos estudantis, como o maio de 1968 na França, fez com que aumentasse muito o debate a respeito do marxismo e, ainda, em alguns países, como França e Itália, os estudantes foram acompanhados por movimentos da classe operária de grandes proporções, que não se via há muitos anos.

Trabalhos feitos no exterior, também, contribuíram muito para a mudança das temáticas e metodologias de abordagem da classe operária, no final da década de 1970, no Brasil; como por exemplo, os estudos de Edward P. Thompson (1964), sobre a formação da

classe operária inglesa, pensando-a como uma categoria que se define ao longo do processo histórico, não podendo ser pensada através de um modelo estático:

*Las clases acaecen al vivir los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro del conjunto de relaciones sociales, con una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales. De modo que, al final, ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la verdadera formación de clase en una determinada etapa Del proceso. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define en su efectivo acontecer. (THOMPSON, 1967: 38)*

Todos esses desdobramentos sociais, políticos e das categorias analíticas influenciaram os estudiosos brasileiros da classe operária, suscitando uma outra corrente de análise no final da década de 1970; trazendo ao primeiro plano de importância questões até então marginalizadas.

Os estudos sobre os grandes momentos de luta operária e a organização dos sindicatos e partidos, deram lugar à condição de existência diária e ao cotidiano operário. Autores como Margareth Rago (1986) e Cristina Campos (1988), entendem os primeiros anos do movimento operário brasileiro, a partir das relações de dominação e resistência existentes no cotidiano do trabalhador e, principalmente, na luta do trabalho contra o capital no interior da fábrica, ou seja, a ênfase não está mais nas grandes estruturas de dominação e resistências, mas numa esfera local e micropolítica.

A diversificação das fontes foi um ponto importante para essa mudança de enfoque, os documentos judiciais, policiais e arquivos de empresas, deram lugar à história oral e a documentos pessoais do operariado. Muito facilitada pela organização e publicação de inventários dos acervos reunidos desde a década anterior, por instituições públicas e privadas.

Deste modo, a partir de meados da década de 1980, estudos que seguem essa corrente de análise e temática passam a ser corrente na historiografia brasileira. O que acaba por gerar uma fragmentação da história da classe operária, ou seja, ela passa a ser entendida a partir da resistência cotidiana no interior da fábrica, ou da luta da mulher operária, do negro operário, ou ainda, dos discursos de dominação e resistência, a respeito desses mesmos temas.

Nos últimos 50 anos, a classe operária foi pensada e tratada de formas diferentes pelos acadêmicos brasileiros, havendo uma grande variedade de correntes teóricas e temáticas sobre o assunto. Entendemos que essa variedade, nas categorias de análise da classe, é

resultado da mudança da concepção de História e das representações de classe operária entre os acadêmicos, proveniente do próprio processo histórico.

Na medida em que a sociedade produz os preceitos – movimentos sociais, discursos, representações – necessários para que exista uma mudança nas categorias de análise, estas por sua vez, moldam-se na tentativa de responder as questões, os desejos e as ansiedades, da sociedade a qual se relaciona, ou seja, a prática histórica é relativa à estrutura sócio-cultural.

### **Referências Bibliográficas:**

BATALHA, Cláudio H. M., *A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências*. In FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1986, 4ª. Ed.

CAMPOS, Cristina H. **O sonhar libertário**. Campinas: Pontes, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HARDMAN, F. Foot e LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

LOPES, Juarez Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

MARONI, Amnérís. **A estratégia da recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NEVES, Maria Cecília Baeta. *Greve dos sapateiros de 1906: notas de pesquisas*. In: **Revista de Administração de Empresas**, jun. 1973.

PAOLI, Maria C. *Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH-USP, n.º 6, setembro, 1983.

PAOLI, Maria C. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros*. In: LOPES, J. Sergio Leite (org.). **Cultura e identidade: Aspectos da cultura da classe trabalhadora**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAGO, L. Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 2ª. Ed.

RODRIGUES, Leôncio M. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta e consciencia de clase**. Barcelona: Grijalbo, 1967.

WEFFORT, Francisco. **Sindicato e política**. Tese de livre docência. São Paulo: USP, 1975.